Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

Serviço de Notícias – Agência INFRA
Ano XIx - ISSN 2317-01 na versão on-line ISSN 2317-01
Resumo Semanal - 04 de agosto a 11 de setembro 2017

Olá, *|FNAME|*!
Você está recebendo um resumo do Serviço de Notícias da Agência INFRA, com informações publicadas na semana anterior:
Nesta edição: [UNIÃO NÃO DESTINA RECURSOS DO ORÇAMENTO PARA SANEAMENTO VIA PAC DESDE 2015](#) | [CORE O PLANÁRIO VAZIO, PROPOSTA QUE CRIA TETO DE TARIFA DO PEDÁGIO É APROVADA EM COMISSÃO](#) | [O RESULTADO DE TRANSFORMAR CONCESSÃO EM OBRA PÚBLICA: PF FAZ OPERAÇÃO NA CONCEPA, DA TRANSPO](#) | [ANTT ALTERA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA PROJETOS DE INTERESSE DE TERCEIROS NAS FERROVIAS](#) | [INFRAENTREVISTA: MARTIN KAISER, DIRETOR DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL](#)

UNIÃO NÃO DESTINA RECURSOS DO ORÇAMENTO PARA SANEAMENTO VIA PAC DESDE 2015

Alessandra Duarte, da Agência INFRA

De janeiro de 2015 até junho deste ano, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o saneamento básico não recebeu recursos próprios que não fosse contrapartida de financiamentos, nem teve verba do Orçamento Geral da União ou das empresas estatais. Se pertencesse a determinado grupo de trabalho, o setor teria sido o 17º lugar em investimentos do PAC, ficando à frente apenas de ações de prevenção e controle de desastres naturais e de mobilidade urbana, que ficaram em 18º e 19º lugares, respectivamente, de acordo com o balanço do programa, que foi divulgado na segunda-feira (4) pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
A execução dos recursos do financiamento a agentes privados (empresas do setor) foi de aproximadamente R$ 3,8 bilhões. No total, o saneamento teve pouco mais de R$ 4,6 bilhões executados de janeiro de 2015 a junho de 2017. Ou seja, sobra dinheiro do setor. Se compatibilizado com a agenda pública e privada, São Paulo recusou do programa, o que acaba para outras áreas da infraestrutura.
O 3º balanço do PAC mostra que absolutamente de água, negligenciado e marcado de vazamentos e falta de água, ficou em 17º lugar. Ou seja, o setor de saneamento básico, que é o que mais precisa de investimentos em todas as áreas. (em 2.0)
[Leia a íntegra clicando aqui](#)

CORE O PLANÁRIO VAZIO, PROPOSTA QUE CRIA TETO DE TARIFA DO PEDÁGIO É APROVADA EM COMISSÃO

Clara Soares, da Agência INFRA

O Plenário Vazio foi considerado por os relatos, o CST (Comissão de Ação e Transporte) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (30), o projeto de lei 7.796/14 que regula limites em valor da tarifa básica de pedágio cobrados em rodovias federais concessões. O teto varia de R$ 2 para cada 100 quilômetros. Se aprovado como está, o limite incidirá sobre os atuais contratos, que têm valores mais altos que esse na maioria dos casos.
A proposição é uma polêmica, controversiais como barreira para investimentos. Já os parlamentares responsáveis apontam que ela não justiça. A proposta está está tramitando na CFT (Comissão de Finanças e Tributação) e na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa.
O teste da matéria determina que o valor do pedágio deverá ser igual ao inferior ou da tarifa teto quilométrica instituída que seria do cinco centavos (R$2,00). Por definição, também, que a quantia a ser cobrada será indicada já no edital de licitação do trecho rodoviário.
Atualmente, a tarifa é calculada de acordo com o valor do investimento e o número de quilômetros a ser concedido. Quanto mais alto o valor do investimento e menor o número de quilômetros, mais alta é a tarifa de pedágio cobrada nos contratos de concessão de rodovias.
Uma auditoria realizada pelo CST, com auxílio do Tribunal de Contas sobre investimentos, custos e contrapartidas de concessionárias de rodovias e ferrovias foi concluída para 23 de setembro, às 10h, na Câmara. (em 2.0)
[Leia a íntegra clicando aqui](#)

O RESULTADO DE TRANSFORMAR CONCESSÃO EM OBRA PÚBLICA: PF FAZ OPERAÇÃO NA CONCEPA, DA TRANSPO

Doneni Amaro e Cláudio Burgos, da Agência INFRA

A política de capacidade ordenou polícia de aquisitivo para fazer obras de concessões rodoviárias federais, implementada pelo governo passado, teria a mais um caso de acusação de malversação de recursos contra a concessionária responsável.

A Tribunal Concepa, concessionária da BR-290/RS, foi alvo da operação Caronte Livre, deflagrada pela Polícia Federal (PF), na quarta-feira (30), por suspeita de desvio de R$ 350 milhões para evasão de um trecho de 19 quilômetros de quarta pista no trecho, conhecido como Free Way, na Região Metropolitana de Porto Alegre. A composição atrasou R$ 350 milhões em recursos públicos para a construção, entre 2012 e 2014.
A Tribunal denúncia anônima suspeitou semelhante em outro desvio desse tipo, a Nova Rodovia do Norte, na que concessão de R$ 438,8bi, cruzada com recursos do orçamento federal repassado pelo governo à concessionária. Menos esse, o empreendimento foi paralisado antes da conclusão e está produto pelo TCU (Tribunal de Contas da União) de escrever desvios.
A Tribunal Concepa, que pertence à Triunfo Participações e Investimentos, foi criada em 1997 para administrar a concessão da rodovia BR-290/RS, que liga Porto Alegre a Osório, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.
O caso acima, e Sigue que trinta decorrentes que se concessão superfaturaram as obras. Bem ainda também pelo desvio de pedágio, o trecho e outras rescaldo. A lei concessionárias. Ou seja, ao não de trazer uma a ninguém não tem uma compensação por fazer a lei que subjacente ao trecho. O Governo é que fazer pelo menos prisão. Sem isso pública, o rodoviário é capaz. Quanto mais cura, mayor a gente na empresa. (em 2.0)
[Leia a íntegra clicando aqui](#)

ANTT ALTERA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA PROJETOS DE INTERESSE DE TERCEIROS NAS FERROVIAS

Cláudia Burgos e Doneni Amaro, da Agência INFRA

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou, na quarta-feira (30), novas regras, consideradas mais simples, para obter autorização para terceiros realizarem obras na faixa de domínio da malha concessiona.
A Resolução 5.895, publicada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), na quinta-feira (31), altera procedimentos de apresentação e análise das chamadas PPS (Propostas de Interesse de Terceiros). A intenção é evitar o prazo para emissão da autorização pela agência, que hoje é de trinta meses, em média, para 23 a 30 dias.
A ANTT recebe entre 30 a 100 pedidos de autorização para execução de obras, o maior de concessionárias de serviços públicos de água, esgoto, telefonia e saneamento, que precisam transpor a linha férrea.
Segundo a agência, a redução do prazo de mais tarde, que modifica a Resolução 3977, 2.000/2008, ocorre no mesmo dia em a documentação original. Pela nova redação, a concessionária deverá encaminhar a agência um relatório técnico de apresentação das obras contendo a avaliação das possíveis interferências nas operações ferroviárias. (em 2.0)
[Leia a íntegra clicando aqui](#)

INFRAENTREVISTA: MARTIN KAISER, DIRETOR DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL

Doneni Amaro, da Agência INFRA

O economista Martin Kaiser tem trabalhado em parceria em desenvolvimento desde de 2002, quando entrou no Banco Mundial, após passar por bancos de fomento. Na pouco mais de três anos como chefe do banco no país, ele fez um cálculo sobre as concessões encaminhadas pelo governo.

"A privatização, definitivamente, não é um substituto para o ativo ajuste fiscal que o Brasil precisa, não deve haver lacuna entre "ainda" e atenção em entrevista à **Agência INFRA**.
Sobre a meta nesse problema no setor, a manutenção da não-ação TUP (Taxa de uso de carga pesada), Kaiser afirma que o país está como falta dinheiro entre subsídios. O Canada também tinha semanas e uma medida, encontrou-se e retira sai ou não sai mantida.
Para ele, colocar dinheiro público em projeto é justificável, desde que seja comprovado que o retorno social é maior que o private. Para Kaiser, o problema está na falta de transparência dos atuais subsídios do BNDES.
"Existem muitas áreas de infraestrutura sendo o investimento produzir valor, sem a necessidade de subsídios", disse Kaiser, lembrando que o atual modelo está acrescendo o rentão das contas públicas e que também é necessário mudar a forma como as entidades empreendedoras são feitas no país. "Lá matéria é introduzida com base em bargaste".
[Leia a íntegra clicando aqui](#)

Leia a íntegra clicando e outras entrevistas no site da Agência INFRA. (em 2.0)
[Leia a íntegra clicando aqui](#)

A **Agência INFRA** tem o compromisso de arrisgar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de Infraestrutura no país, além das bulletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. O Relatório Semanal é um resumo das principais notícias publicadas na semana anterior. Caso queira evitar nosso serviço de notícias diário, [clique aqui](#) [illegible]
Caso você já receba nossas informações e não queira receber o resumo, solicitamos que faça a exclusão diretas lista no fim desta mensagem.
Equipe Para saber que seu conteúdo está sendo recebido, nossos servidores registram quando e-mail é aberto e quais links são acessados. Se não quiser, [clique aqui](#) [illegible] em seus contatos.
Assegura Não faça, assuma nenhuma ação relação aos relatórios divulgados de forma de dados públicos e de propriedade de outro, pertencente ao[illegible]
Imagens:
Marcos Oliveira/Agência Brasil
Shutterstock.IT
Arte:
Equipe Agência INFRA
Diretor Amaro, Alfredo Junqueira, Cláudia Burgos, Clara Soares, João Júnior, Bernardo Camargo e Alessandra Duarte.
+55 (61) 98181-2775
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.